

**RAC: Revista Angolana de Ciências**

E-ISSN. 2664-259X

Vol. 6, Nº 2. e060206. Julho-Dezembro, 2024 (Publicação em Fluxo Contínuo)

## **Pan-africanismo, renascimento africano e a construção da arquitetura econômica e financeira Africana**

*Pan-africanism, african renaissance and the construction of economic and financial architecture of Africa*

*Panafricanismo, renacimiento africano y la construcción de la arquitectura económica y financiera de África*

Guilherme Ziebell de Oliveira<sup>1</sup>

<https://orcid.org/0000-0002-0118-6279>

Anselmo Otavio<sup>2</sup>

<https://orcid.org/0000-0001-5560-4168>

**RECEBIDO:** Julho, 2024 | **ACEITE:** Outubro, 2024 | **PUBLICADO:** Dezembro, 2024

Como citar: de Oliveira, G., Otavio, A. (2024). Pan-africanismo, renascimento africano e a construção da arquitetura econômica e financeira Africana. *RAC: Revista Angolana de Ciências*, 6(2), e060206. <https://doi.org/10.54580/R0602.06>

### **RESUMO**

O artigo se propõe a conceituar a Arquitetura Econômica e Financeira Africana (AEFA), discutindo suas principais características. Para tanto, a pesquisa consistirá em três objetivos específicos, a saber: analisar a gênese da AEFA e a importância do pan-africanismo nesse processo; entender a transformação da AEFA provocada pelo Renascimento Africano; e destacar os principais atores e temas dessa arquitetura. Com base em fontes primárias e secundárias, procuramos discutir a hipótese de que o desalinhamento entre os interesses africanos em relação às potências tradicionais e emergentes tem impulsionado as mudanças na AEFA. Em primeiro lugar, porque os países africanos começaram a buscar fortalecer os laços com os países emergentes, principalmente a China. Em segundo lugar, e igualmente importante, os países africanos também estão intensificando seu desejo de expandir a autonomia do continente em face das transformações no sistema internacional.

**Palavras-Chave:** África; Economia; Pan-africanismo; Renascimento Africano; Potências extra-regionais

<sup>1</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil. [guilherme.ziebell@ufrgs.br](mailto:guilherme.ziebell@ufrgs.br)

<sup>2</sup> Universidade Federal de São Paulo, Brasil. [otavio@unifesp.br](mailto:otavio@unifesp.br)

## ABSTRACT

The article proposes to conceptualize the African Economic and Financial Architecture (AEFA), discussing its main characteristics. To this end, the research will consist of three specific objectives, namely, to analyze the genesis of AEFA and the importance of Pan-Africanism in this process; to understand the transformation of AEFA generated by the African Renaissance and; to highlight the main actors and themes of this architecture. Based on primary and secondary sources, we seek to discuss the hypothesis that the misalignment between African interests in relation to traditional and emerging powers has been leading to changes in AEFA. First, because African countries began to seek to strengthen ties with emerging countries, particularly China. Secondly, and just as important, because African countries are also intensifying their desire to broaden the continent's autonomy in the face of transformations in the international system.

**Keywords:** Africa, Economy, Pan-Africanism, African Renaissance, Extra-regional Powers.

## RESUMEN

El artículo propone conceptualizar la Arquitectura Económica y Financiera Africana (AEFA), discutiendo sus principales características. Para este objetivo, la investigación constará de tres objetivos específicos, a saber, analizar la génesis de AEFA y la importancia del panafricanismo en este proceso; comprender la transformación de AEFA generada por el Renacimiento africano y; resaltar los principales actores y temas de esta arquitectura. A partir de fuentes primarias y secundarias, buscamos discutir la hipótesis de que el desajuste entre los intereses africanos en relación a las potencias tradicionales respecto a las emergentes, ha venido propiciando cambios en AEFA. En primer lugar, porque los países africanos comenzaron a buscar fortalecer los vínculos con los países emergentes, en particular China. En segundo lugar, y tan importante como el anterior, porque los países africanos también están intensificando su deseo de ampliar la autonomía del continente ante las transformaciones del sistema internacional.

**Palabras clave:** África; Economía; Panafricanismo; Renacimiento africano; Potencias extrarregionales

## INTRODUÇÃO

No ano de 2019 entrou em vigor a chamada *African Continental Free Trade Area* (AfCFTA), Zona de Livre Comércio Africana que, dentre os principais objetivos, volta-se ao aumento do comércio intra-africano. Desde então, a AfCFTA vem sendo acompanhada por análises que, no geral, seguem caminhos diametralmente opostos. De um lado, é possível encontrar certo ufanismo com relação ao caráter prospectivo de sua existência, sensação fruto dos números e da rapidez com que tal iniciativa passou a ser aceita e defendida pelos países africanos. No que concerne aos números, tal otimismo atrela-se à perspectiva de que, até 2050, a economia do continente alcance o Produto Interno Bruto (PIB) de US\$ 29 trilhões, bem como o comércio intra-africano aumente em mais de 50 por cento (AfCFTA, 2022).

Referente à rapidez, se em 2012, na 18ª Sessão Ordinária da União Africana (UA) houve a defesa por parte de alguns Chefes de Governo e de Estado sobre a necessidade do continente africano possuir uma Área de Livre Comércio, em 2018, com a 10ª Sessão Extraordinária da UA, 44 dos 55 Estados africanos haviam assinado o acordo que estabelecia a AfCFTA (African Union [AU], 2012; 2018). Inclusive, um dos principais slogans desta iniciativa é de ser a maior área de livre comércio existente no mundo, em número de países participantes (AfCFTA, 2022).

Distante de tal ufanismo, uma segunda análise é marcada por certo ceticismo com relação à funcionalidade da Área de Livre Comércio. Diferentemente do caráter prospectivo adotado para analisar a AfCFTA, tal compreensão é de caráter conjuntural, e, no geral, encontra-se pautada nas fragilidades do continente, destacadamente, na infraestrutura. Grosso modo, séculos de dominação e comércio direcionado para atender as potências europeias, trouxeram como algumas de suas consequências o baixo comércio intra-africano, além de estradas, ferrovias e o transporte marítimo e aéreo insuficiente para a ligação de um país a outro. Inclusive, se no âmbito das rodovias - por onde grande parte do comércio intra-africano é realizado - a construção e manutenção são precárias, o que acarreta ao aumento no custo da logística no continente, no âmbito marítimo, a insuficiência no comércio levou à inexistência de navios de grande porte, bem como à precariedade da maioria dos portos (Hairsine, 2022).

A escolha em expor as análises contrastantes acerca da AfCFTA não é mero acaso, uma vez que perspectivas céticas e ufanistas, bem como prospectivas e conjunturais, tendem a ser presentes em grande parte das análises sobre iniciativas africanas, logo, a Área de Livre Comércio não estaria imune a tais visões. No entanto, ainda que considere válidas tais compreensões, este artigo possui como principal objetivo discutir a AfCFTA como parte integrante de um processo de integração africano mais complexo, que será conceituado como Arquitetura Econômica e Financeira da África (AEFA).

Para alcançar tal conceituação, a pesquisa será baseada em fontes primárias e secundárias consideradas importantes. Como embasamento principal para a construção argumentativa, ampara-se na discussão desenvolvida por Oliveira e Otavio (2021) sobre as estratégias de inserção internacional adotadas pelo continente africano desde o século XX e suas transformações. Nesse sentido, a identificação de três estratégias distintas - de Contestação, entre meados do século XX e os anos 1990; de Responsabilidade Mútua, entre a década de 1990 e os anos 2000; e Híbrida, a partir da primeira década do século XXI - é de fundamental relevância, porquanto auxilia não apenas na gênese da AEFA, mas também de suas transformações. Diante de tal contexto, este artigo centra-se na consecução de três objetivos específicos. Em primeiro lugar, compreender a importância do Pan-Africanismo na estruturação da AEFA. Em segundo lugar, compreender os impactos, para essa Arquitetura, das transformações geradas pelo chamado Renascimento Africano ao longo do século XXI. Por fim, destacar seus principais atores e temas.

Amparando-se em uma perspectiva qualitativa, e adotando uma abordagem hermenêutica, o trabalho busca discutir a hipótese de que o descompasso entre os

interesses africanos com relação às potências tradicionais, se comparado com as emergentes, vem levando a mudanças na AEFA, primeiramente porque os países africanos passaram a buscar fortalecer laços com as emergentes, destacadamente, a China, e, paralelamente a tal interesse, também intensificaram o desejo em ampliar a autonomia do continente perante as transformações no sistema internacional. Para tanto, o artigo divide-se em duas seções, além desta introdução e da conclusão. Na primeira discute-se a gênese daquilo que conceituamos como Arquitetura Econômica e Financeira Africana, evidenciando seus laços com o pensamento Pan-Africanista e com o posicionamento contestatório adotado pelo continente africano em sua busca por inserção internacional ao longo do século XX. Na segunda seção aborda-se a evolução da AEFA diante das transformações operadas nas estratégias de inserção internacional africanas, amplamente articuladas com a noção de Renascimento Africano e marcadas, em um primeiro momento, pela noção de Responsabilidade Mútua e, posteriormente, pela abordagem híbrida de inserção internacional africana.

## **PAN-AFRICANISMO, CONTESTAÇÃO E A GÊNESE DA ARQUITETURA ECONÔMICA E FINANCEIRA AFRICANA**

Conceituamos a Arquitetura Econômica e Financeira da África como um processo amplo e complexo de articulações e arranjos de caráter multilateral entre países e organizações africanas voltados à resolução de desafios econômicos existentes em âmbito continental. No que concerne a sua gênese, a AEFA atrela-se ao Pan-Africanismo, movimento político e cultural gestado fora do continente africano que preza pela unidade da África e é marcado pela heterogeneidade em sua construção, vide a contribuição de nomes como Alexander Crummell, Edward W. Blyden, Marcus M. Garvey, William E. Du Bois, Franz Fanon, Aimé Césaire, Sheik Anta Diop, dentre outros cujas obras e ativismos foram importantes para a criação e consolidação do movimento (Hernandez, 2008; M'Bokolo, 2011).

Referente à AEFA, duas características do Pan-Africanismo foram importantes para sua gênese e evolução, no caso, a solidariedade africana e a estratégia da contestação como instrumento de inserção internacional e desenvolvimento econômico. Acerca da primeira, sua existência já era destacada em iniciativas como o periódico *The Negro World*, que trazia como objetivo à difusão do Pan-africanismo na África; e a *Universal Negro Improvement Association*, direcionada à capacitação da população negra, ambas idealizadas por Garvey que, no geral, voltavam-se a maior aproximação entre africanos e afrodiáspóricos (Martin, 1986). Tal solidariedade, contudo, mostrou-se cada vez mais em destaque nos Congressos Pan-Africanos, reuniões ocorridas em locais como Paris (1919), Londres (1921), Lisboa (1923), Nova York (1927) e Manchester (1945) que possuíam como propósitos debater questões relacionadas à África. De tais congressos, Manchester se destaca pela defesa de pontos que seriam englobados nos processos de descolonização, principalmente, a luta contra leis racistas e discriminatórias; a abolição do trabalho forçado; o direito ao voto; a igualdade de salários e de tratamento médico; o ativismo na emancipação e na total independência das colônias existentes no continente (Kodjo & Chanaiwa, 2010).

Ao defender pontos que se contrapunham à dominação europeia, o Congresso de Manchester também construía uma segunda característica marcante do Pan-Africanismo conhecida como estratégia da contestação (Otavio, 2019). Embora já encontrada em iniciativas como a *International African Friends of Ethiopia* e a *Ethiopian Research Council*, voltadas à sensibilização da comunidade internacional acerca da invasão italiana na Etiópia em 1935, na dimensão política tal estratégia foi predominante no pós-Manchester, com o advento dos processos de descolonização que, no geral, foram marcados pela importância de grupos minoritários letrados (elites), que embora buscassem resgatar um passado anterior ao imperialismo, também valorizavam a modernidade (Hobsbawm, 1994). Reflexo disso pode ser encontrado na divisão entre aqueles que assimilaram, bem como aceitaram, os preceitos capitalistas e liberalizantes defendidos pelas potências europeias; e aqueles que se mostraram refratários a tais preceitos, passando a seguir um modelo socialista - valorizado por seu caráter anti-imperialista (Mendonça, 2019).

As divergências existentes entre adeptos do socialismo e aqueles favoráveis ao capitalismo não impediram a articulação entre tais grupos, uma vez que ambos convergiam com a defesa da autonomia e ruptura com a dependência econômica do continente perante suas antigas metrópoles. Inclusive, uma primeira iniciativa desta integração foi a criação da Comissão Econômica das Nações Unidas para África (UNECA) em 1958, que destacava a industrialização e o aumento e diversificação na produção de alimentos como fundamental para o completo processo de descolonização. Vale destacar que a UNECA foi criada a contragosto de países como França, Grã-Bretanha, Portugal, Bélgica e Espanha, isto é, potências que entendiam a criação de uma comissão regional como obstáculo à influência que exerciam no continente (Banks, 2022).

Além da UNECA, em verdade podendo ser considerada o principal exemplo da articulação entre capitalistas e socialistas no continente africano, ressalta-se a criação da Organização da Unidade Africana (OUA), em 1963. Além de consubstanciar a solidariedade africana, a OUA também refletia a estratégia da contestação, visto que se guiava pelo total rompimento contra qualquer forma de dominação herdada do imperialismo europeu (Oliveira & Otavio, 2021). No âmbito político, duas de suas principais lutas foram o combate ao regime racista existente na África do Sul (*apartheid*) – por meio de sanções e defesa do isolamento de Pretória por parte dos países africanos – e seu papel nos processos de independência vide a criação do Comitê Africano de Libertação, composto por Argélia, Egito, Etiópia, Guiné, Nigéria, Uganda, Senegal e Tanzânia, que trazia como finalidade auxiliar, financeiramente ou através de treinamento militar, os movimentos de independência (Kodjo & Chanaiwa, 2010).

Se na dimensão política a convergência da solidariedade africana e a contestação como estratégia levaram à criação das iniciativas anteriormente apresentadas, na dimensão econômica, o principal papel da OUA, juntamente com a UNECA, foi dar início e acelerar a consolidação da AEFA. Neste caso, vale destacar outros dois atores importantes neste processo, quais sejam, o Banco Africano de Desenvolvimento (AfDB, no inglês) de 1964, e o Fundo Africano de Desenvolvimento (AFD, no inglês) de 1972. Ainda que ambos refletissem a solidariedade africana como instrumento para garantir

a resolução de desafios africanos, a AfDB trazia como especificidade a importância da cooperação econômica como forma de os Estados africanos alcançarem o desenvolvimento econômico; e o AFD era direcionado a garantir financiamento a projetos direcionados à redução da pobreza e a melhorias econômicas e sociais aos países mais pobres do continente (AfDB, 2019).

A articulação entre UNECA, OUA, AfDB e AFD garantiu a criação de diversas iniciativas que traziam como objetivos a diminuição da dependência africana em relação aos países desenvolvidos, e o aumento do protagonismo africano na definição dos rumos econômicos do continente. Nas décadas de 1960 e 1970, por exemplo, vale destacar resoluções que ressaltaram a importância da integração econômica do continente, como as Resoluções 158 (XI), de 1968, e 219 (XV), de 1970, e declarações, como a Declaração africana sobre Cooperação, desenvolvimento e independência econômica, de 1973, que apresentava, entre outros, a demanda africana pelo estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI) (Oliveira & Otavio, 2021). Por um lado, a demanda pela NOEI convergia com o interesse do chamado Terceiro Mundo, bloco de países que, mesmo caracterizados pela diversidade em seus sistemas políticos e econômicos, voltava-se à luta contra o subdesenvolvimento e a falta de representatividade no sistema internacional pós-2ª Guerra Mundial (Vigevani, 1994). Por outro lado, as iniciativas africanas demonstravam a preocupação da AEFA com a garantia da independência autêntica do continente, isto é, independência política e econômica.

A busca pela independência autêntica se destacava na AEFA visto que, mesmo havendo o aumento do número de países formalmente independentes no continente, o período da Guerra Fria era marcado pela dificuldade destes em romper com desafios herdados do imperialismo, destacadamente, no âmbito econômico (Frieden, 2008). Ainda que não seja a pretensão do artigo compreender o imperialismo em sua totalidade, vale indicar que dentre as diversas consequências deixadas pela dominação europeia, se destacam, no âmbito político, a construção de fronteiras, cisões sociais e instituições de acordo com os interesses do colonizador; e, no âmbito econômico, a pobreza e marginalização generalizada, déficit em infraestrutura, e a adequação dos territórios a economia extrativista (Moges, 2015). Neste caso, tal economia mantinha a chamada sujeição econômica, isto é a manutenção da relação entre exportação de *commodities* por parte dos territórios africanos, e compra de produtos industrializados desenvolvidos nas antigas metrópoles (Fanon, 1968).

Em números, o reflexo dessa sujeição econômica pode ser encontrado entre 1960 e 1975, período em que a África foi marcada pelo baixo crescimento no setor agrícola (média de 1,6 por cento), no setor manufatureiro (cerca de 6 por cento), e nas exportações em geral (cujas médias foram de 2,8 por cento) (Bujra, 2002). Neste mesmo período, o continente havia sido a região com o menor crescimento econômico se comparado com outras regiões em desenvolvimento (2 por cento), e, em 1971, por exemplo, dos 25 países menos desenvolvidos classificados pela ONU, 16 eram africanos (Asante & Chanaiwa, 2010). Direta ou indiretamente, tais índices refletiam a estrutura econômica dual dos países africanos, uma vez que, no geral, estes eram marcados pela grande parcela da população vivendo concentrada no campo e

dependente da agricultura de subsistência, enquanto a parcela menor, urbana, atuava na indústria de mineração (Moges, 2015).

Diante deste cenário, aquela que pode ser considerada como uma das principais iniciativas da AEFA foi desenvolvida, qual seja, o Plano de Ação de Lagos (LPA, na sigla em inglês). Direcionada às áreas de agricultura, indústria, infraestrutura, ciência e tecnologia, comércio e finanças, meio-ambiente, entre outras, o LPA simbolizava o desejo pela descolonização econômica do continente africano, visto que, trazia em sua essência alcançar uma economia autossustentável como meio de mitigar a dependência externa (Adedeji, 1984). Paralelamente à luta contra a descolonização econômica, o LPA se apoiava na estratégia da Contestação ao defender pontos como autossuficiência, equidade na distribuição de renda, integração econômica regional, valorização da expansão do setor público no processo de industrialização, criação da NOEI, dentre outros que seguia caminho oposto ao que passava a ser proposto pelas potências capitalistas como modelo econômico a ser seguido, o neoliberalismo (Oliveira & Otavio, 2021).

Caracterizado pela defesa do fim de barreiras ao comércio, privatização de empresas estatais, estabilidade macroeconômica via disciplina fiscal e a restrição à participação do Estado na economia, o neoliberalismo passou a ter sua difusão relacionada a eventos como as crises do petróleo de 1973 e 1979, as escolhas advindas das potências capitalistas e a atuação das instituições símbolos de Bretton Woods, destacadamente, o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) (Hobsbawm, 1994). No que concerne às crises do petróleo, ainda que motivadas por questões distintas - Guerra de Yon Kippur (1973) e Revolução Iraniana (1979) -, em ambas, a escolha da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) foi elevar o preço do petróleo. Tal elevação levou países como EUA, Inglaterra, França, Japão, dentre outras potências capitalistas a elevarem seus gastos para consumir deste recurso energético, gerando transtornos no âmbito econômico - elevação da inflação interna - e no político, vide a adoção de medidas impopulares, destacadamente, a racionalização no consumo do petróleo e de seus derivados (Frieden, 2008).

Evidentemente que este cenário levou ao descontentamento da população, refletido nas eleições, com a vitória de lideranças defensoras do neoliberalismo, simbolizadas por Thatcher (Inglaterra) e Reagan (EUA). Além de defenderem a elevação nas taxas de juros, escolha que levou à diminuição de recursos disponíveis para o crédito, uma vez que o montante até então disponível para empréstimos foi canalizado para o mercado financeiro (Oliveira & Otavio, 2021), EUA e Inglaterra defendiam que o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), deveriam colocar o ideário neoliberal como condicionalidade para o financiamento de projetos de desenvolvimento e empréstimos a países deficitários, respectivamente (Frieden, 2008). Este imperativo mostrou-se viável, visto que as escolhas adotadas tanto pelo BM quanto pelo FMI não são democráticas, mas sim, baseadas na percentagem de cotas que seus participantes possuem. Em outros termos, quanto maior a concentração de cotas, maior será o peso da participação de um país-membro, logo, enquanto EUA e Inglaterra são dois dos

principais cotistas destas instituições, os países periféricos quase não possuíam cotas, fator que os mantinha marginalizados.

De modo geral, a imposição do modelo neoliberal pelas economias avançadas e pelas instituições anteriormente citadas, levariam a uma sequência de acontecimentos que fariam as décadas de 1980 e 1990 serem catastróficas para o avanço da AEFA. Um impacto imediato pôde ser encontrado no comércio internacional, no qual a participação já era baixa, entretanto, com a restrição às importações de *commodities* por parte dos países desenvolvidos, o que se viu foi um acentuado declínio (Clapham, 1996). Em números, se no geral as importações haviam caído em média de 8 por cento ao ano, as exportações cresceram, apenas 1,5 por cento ao ano, quando analisado as áreas tradicionais da economia africana, no caso, agricultura e mineração, o que se viu foi declínio de ambas, por exemplo, se na agricultura houve o declínio de 6,3 por cento entre 1975 e 1980, para 0,4 por cento entre 1982 e 1983; na mineração, o declínio nestes mesmos períodos foi de 4,2 por cento para -24,6 por cento (Adedeji, 1984; Cardoso, 2020).

Em seguida, como resultado da dificuldade em exportar seus principais produtos, o que se viu foi os países africanos se distanciarem da independência autêntica defendida pela AEFA, e aprofundarem a dependência econômica. Neste caso, o aprofundamento pode ser encontrado na necessidade em recorrer a recursos externos, cuja consequência foi o endividamento externo que, se entre 1970 e 1979 havia passado de US\$ 6 bilhões para US\$ 32 bilhões, em 1991 alcançou o patamar de US\$ 150 bilhões (Cardoso, 2020). Além do aprofundamento da dívida externa, outro reflexo do distanciamento com relação à independência econômica e aprofundamento da dependência, diz respeito ao AfDB e ao AFD. Conforme apresentado anteriormente, ambos eram símbolos da solidariedade africana e direcionados à resolução de desafios econômicos africanos. Todavia, diante deste cenário de declínio da economia dos países africanos, o que se viu foi a necessidade de recorrer a recursos externos, inclusive, de ex-metrópoles, como a Bélgica, Inglaterra e França, países que se tornaram membros da AfDB entre 1973 e 1977 e do AFD em 1983, bem como dos EUA, que em 1976 e 1983 se tornou membro, respectivamente, do AfDB e do AFD (AfDB, 2019).

Já um terceiro impacto do neoliberalismo na AEFA, e tão ou mais importante que os anteriores, diz respeito ao lançamento da Agenda para Ação do Crescimento Econômico Acelerado da África Subsaariana (o chamado Relatório Berg). Tratava-se de iniciativa criada pelo Banco Mundial que se contrapunha ao Plano de Ação de Lagos, uma vez que não apenas recomendava a diminuição da participação do Estado na economia via privatização de empresas estatais e valorização do livre-comércio e livre-mercado, mas também considerava a busca africana pela maior integração econômica do continente anacrônica a um mundo cada vez mais globalizado (Oliveira & Otavio, 2021). Por um lado, o desdém com relação à integração econômica rompia não apenas com as iniciativas defendidas pela UNECA desde a década de 1960, e pela OUA, como visto nas declarações de Argélia (1968), Addis Ababa (1970 e 1973) e Kinshasa (1976), mas, principalmente, com uma das finalidades do LPA, no caso, a criação e



consolidação da chamada Comunidade Econômica Africana (CEA) (Tavares & Tang, 2016).

Por outro lado, ao desvalorizar a integração defendida pelos Estados e organizações africanas, o Relatório Berg, direta ou indiretamente, se contrapunha à formação de blocos econômicos regionais (RECs), que desde a década de 1970 ganhavam importância no continente. Dito de outra forma, ainda que iniciativas como a *Economic Community of West African States* (ECOWAS), a *Southern African Development Coordination Conference* (SADDC), a *Preferential Trade Area for Eastern and Southern African States* (PTA), a *Economic Community of Central African States* (ECCAS), se enquadrassem na lógica pan-africana de solidariedade africana e na estratégia da contestação, o relatório do Banco Mundial defendia a fragilização do processo de integração africana e, conseqüentemente, impunha dificuldades ao avanço da AEFA.

De modo geral, além de não levar ao avanço dos propósitos da AEFA, o neoliberalismo criou ou aprofundou problemas políticos, econômicos e sociais por todo o continente africano. Vale destacar que, além das guerras resultantes da disputa Leste-Oeste, as políticas neoliberais criaram conflitos relacionados à elevação da pobreza, aos surtos de fome, dentre outras mazelas encontradas em países cujos governos não tinham condições de atender às necessidades básicas das populações e, conseqüentemente, arcavam com o colapso do governo e do Estado (Cardoso, 2020). Junto à fragilização do Estado, o que se viu foi o fortalecimento do chamado Afro-pessimismo, visão simplista e preconceituosa de que as sociedades e as culturas existentes no continente seriam incapazes de romper com a estagnação econômica e a instabilidade governamental (Bujra, 2002).

## **RENASCIMENTO AFRICANO, RESPONSABILIDADE MÚTUA E HIBRIDISMO NO AVANÇO DA ARQUITETURA ECONÔMICA E FINANCEIRA AFRICANA**

Ainda que nos anos iniciais pós-Guerra Fria tenha sido desenvolvido o Tratado de Abuja de 1991, voltado à materialização da CEA, a criação do *African Export-Import Bank* (Afreximbank), iniciativa de 1993, que, dentre as diversas características, possuía como principal objetivo dinamizar o comércio intra-africano (AFREXIMBANK, 2023), e a transformação da SADDC em *Southern African Development Community* (SADC) em 1992, que a partir de 1994 passou a contar com a África do Sul, país que, até aquele momento, possuía o maior PIB do continente africano, o que se viu foram desafios que levaram a década de 1990, ser marcada pela paralisia no avanço da AEFA. Por um lado, os desafios à Arquitetura relacionam-se às esferas da política e segurança, tais como a continuidade de regimes autoritários, instabilidade política existente em alguns países, o colapso de alguns Estados, a existência de conflitos encontrados em países como Libéria (1989-1997), Serra Leoa (1991-2002), no genocídio de Ruanda (1994), dentre outros eventos que levavam o Afro-pessimismo a ser cada vez mais difundido nas perspectivas sobre a África (Bujra, 2002; Schmidt, 2018).

Por outro lado, já no âmbito econômico, além de desafios como as baixas taxas de crescimento econômico e a pobreza excessiva (Funke; Nsouli, 2003), outros fatores

que afetaram no avanço da AEFA podem ser encontrados na diminuta participação no mercado internacional e a preferência das potências desenvolvidas em investirem em países latino-americanos e asiáticos, e importarem recursos minerais e energéticos advindos de países pertencentes ao antigo bloco socialista (Cardoso, 2020). Em outros termos, diante de uma conjuntura internacional pós-disputa Leste-Oeste marcada pela difusão da democracia liberal e pelo avanço do neoliberalismo, os países africanos eram marginalizados em um mundo cada vez mais globalizado (Oliveira, 2019).

Já nos anos finais da década de 1990 e iniciais do século atual, este cenário de marginalização começou a passar por transformações, com o surgimento de conjuntura internacional e regional favorável ao continente africano. No cenário internacional, o que se viu foi o interesse de criar ou fortalecer laços por parte das potências tradicionais e emergentes com países africanos. Referente às potências tradicionais, vale destacar os EUA, com algumas iniciativas criadas durante a administração Clinton (1993-2001), como o repasse de US\$ 200 milhões em assistência à Libéria e a aprovação da *African Growth and Opportunity Act* (AGOA), lei criada no período final da administração Democrata e voltada à maior interação entre Washington e países da África Subsaariana (Banjo, 2010). No caso das emergentes, o principal destaque diz respeito à China, país que no início dos anos 2000 havia criado o Fórum de Cooperação China-África (FOCAC), direcionado a fortalecer os laços entre os países africanos e Pequim.

Paralelamente à procura por fortalecer os laços econômicos por parte das potências mundiais, o que se viu a partir dos anos finais da década de 1990 foi o surgimento de um ciclo caracterizado por diversas transformações ocorridas nos países africanos. O crescimento econômico visto em diversos países, a diminuição, o isolamento ou o fim de regimes autoritários, o surgimento de eleições democráticas multipartidárias e o declínio do número de guerras eram alguns dos fatores que, somados à conjuntura internacional favorável ao continente, caracterizavam o que passou a ser conhecido como Renascimento Africano (Oliveira & Otavio, 2021).

No âmbito conceitual, o Renascimento Africano ou *African Renaissance* possui sua gênese na primeira metade do século XX, como visto nas ideias de Regeneração da África defendida por Pixley Ka Isaka que, no geral, defendia a união dos povos africanos, a luta contra quaisquer formas de dominação fruto do colonialismo, o orgulho em ser africano como instrumento de contraposição à visão preconceituosa de inferioridade da raça negra, e a necessidade da África buscar a autossuficiência (Dunton, 2003). Além de Pixley Ka Isaka, vale destacar Cheikh Anta Diop, que considerava como parte integrante do *African Renaissance* o rompimento com a imposição cultural por parte do dominador sobre o dominado (Olifile & Chakale, 2018).

Na virada do século XX para o século XXI, a visão atualizada de Renascimento Africano foi amplamente detalhada por Thabo Mbeki, antes mesmo de assumir a presidência da África do Sul. Um primeiro exemplo pode ser encontrado no discurso *I am an African* de 1996, marcado pela busca em expor a riqueza histórica e geográfica do continente africano, bem como a ideia de pertencimento e união dos povos africanos (Mbeki, 1996). Um segundo exemplo, e tão importante quanto o anterior, diz respeito ao discurso *The African Renaissance, South Africa and the World*, proferido na Universidade das Nações Unidas em 1998, onde foram destacadas duas dimensões

relevantes para esta renovação do continente, ambas direcionadas à contraposição a percepção afro-pessimista acerca dos países africanos (Mbeki, 1998). No caso, enquanto a primeira voltava-se ao resgate do passado africano anterior a colonização europeia, a segunda direcionava-se a apresentação ao mundo uma nova África, caracterizada pelo avanço de eleições democráticas, pela redução de guerras, e pela adoção de práticas econômicas que ganhavam relevância no pós-Guerra Fria (Otavio, 2021).

Paralelamente a tais dimensões, o Renascimento Africano também apresentou dois objetivos que, em maior ou menor intensidade, mostrar-se-iam importantes ao longo do século atual. O primeiro diz respeito à maior valorização da integração regional, vista como fundamental para a resolução de desafios existentes no continente, bem como símbolo da solidariedade africana. Já o segundo objetivo refere-se à busca por romper com as relações paternalistas simbolizadas pelo padrão doador e receptor, e adotar outra estratégia, no caso, a chamada responsabilidade mútua que buscava não apenas romper com os desafios que fragilizaram e inviabilizaram a estratégia da contestação, mas, também, proporcionar uma nova alternativa para promover a inserção internacional e a resolução dos desafios africanos (Landsberg, 2005).

A solidariedade africana em prol de resolver desafios econômicos existentes no continente, o aceite das práticas econômicas que ganhavam relevância no pós-Guerra Fria, isto é, o neoliberalismo, e a responsabilidade mútua como estratégia direcionada a obter ganhos diante de uma conjuntura internacional favorável, mostraram-se importantes não apenas para o retorno, mas, fundamentalmente, para a ampliação e complexidade da Arquitetura Econômica e Financeira Africana. Um primeiro símbolo deste novo momento da AEFA diz respeito à Nova Parceria Econômica para o Desenvolvimento Africano (NEPAD), iniciativa direcionada, entre outros objetivos, à erradicação da pobreza, promoção do crescimento e desenvolvimento sustentável, e ao rompimento com a marginalização do continente no processo de globalização (NEPAD, 2001). Junto a tais objetivos, a NEPAD possui duas características que, no geral, são fundantes a AEFA, quais sejam, a articulação em prol de soluções aos desafios africanos e a busca por outra inserção internacional do continente.

Referente às articulações, o próprio processo de criação da NEPAD reflete esta característica, visto que sua gênese é o resultado da fusão de dois projetos convergentes, no caso a *Millennium Partnership for Africa's Recovery Programme* (MAP) e o *Omega Plan*. Iniciativa de 1996, e fruto da parceria entre a África do Sul, a Nigéria e a Argélia, o MAP era voltado à promoção do diálogo com as instituições financeiras internacionais (como o FMI e o Banco Mundial) e com as potências desenvolvidas (sobretudo os membros do G7+1), de forma a viabilizar a recuperação política, econômica e social da África (De Waal, 2002). Já o *Omega Plan*, iniciativa defendida pelo então presidente do Senegal, Abdoulaye Wade (2000-2012), voltava-se à captação de recursos para setores como agricultura, educação, saúde e infraestrutura (Martin, 2002). Vale ressaltar que, durante a quinta Cúpula Extraordinária da OUA ocorrida em 2001, o reconhecimento pela relevância e a complementariedade de tais iniciativas garantiu a unificação de ambas (Oliveira & Otavio, 2023).

No que concerne à busca por outra inserção internacional, a NEPAD buscava na convergência com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), estabelecidos pelas Nações Unidas no início dos anos 2000, o comprometimento dos parceiros extracontinentais - especialmente as potências ocidentais - com o desenvolvimento africano (De Waal, 2002). Neste caso, é preciso frisar que a Parceria simbolizava o distanciamento com relação à estratégia da contestação, visto que aceitava o neoliberalismo, indicando a democracia e a prevenção de conflitos como precondições para o desenvolvimento do continente africano (NEPAD, 2001; Funke; Nsouli, 2003).

Cronologicamente próximo à NEPAD, outra iniciativa que se mostrou importante para a AEFA diz respeito à União Africana (UA), organização que desde seu processo de criação até o início da década de 2020, vem se mostrando protagonista na criação de diversas iniciativas direcionadas à resolução dos desafios econômicos existentes no continente africano. Conforme é sabido, a UA é o resultado do processo de transição da OUA iniciada em 1999, marcado pelo embate entre o desejo líbio em criar os Estados Unidos da África, isto é, mover o continente para a formação de um Estado Federalista, e os interesses da África do Sul e da Nigéria, predominante neste processo de transição e marcado pela defesa da continuidade dos Estados soberanos, e pelo favorecimento do protagonismo da nova organização africana, isto é, União Africana, nas relações interafricanas (Oliveira & Otavio, 2021).

No âmbito político-militar, a União Africana inovou ao criar ou adotar mecanismos que pudessem regulamentar o comportamento dos Estados, vide o Conselho dos Anciãos, o Conselho de Paz e Segurança (CPS) e o Artigo IV da Carta de Constituição da União Africana (CAAU, no inglês), que garante o direito de intervenção em situações relacionadas a crimes de guerra, genocídios e crimes contra a humanidade. Na economia, a maior valorização de pontos como a integração regional, a unidade e a solidariedade entre os Estados-membros como meios para romper com os desafios existentes no continente, foram alguns dos fatores que levaram a UA a ser cada vez mais atuante na AEFA. Um primeiro exemplo pode ser visto na criação, em 2010, do Programa de Infraestrutura para o Desenvolvimento da África (PIDA), iniciativa que desde sua gênese é marcada pela articulação de atores em prol da infraestrutura continental, como a UA, NEPAD, UNECA e AfDB.

Junto à articulação de atores em sua construção, é possível encontrarmos três outras características do PIDA que, no geral, representam o avanço da AEFA. A primeira diz respeito a seu caráter complementar à NEPAD, uma vez que, se por um lado a Nova Parceria garantiu êxitos em alguns objetivos, por outro lado, o que se viu foi o surgimento de desafios que se encontravam fora de seu escopo de atuação. Em outros termos, tal contexto pode ser visto na entrada de Investimento Externo Direto (IED) no continente que, se em 1980 a média era de US\$ 400 milhões, em 2015 este valor chegava a US\$ 56,7 bilhões. Contudo, os IED tenderam a entrar em áreas que, historicamente, sempre foram visadas, como visto em 2013, quando os investimentos para África Ocidental, em torno de US\$ 14,5 bilhões, e para região Norte, US\$ 12,7 bilhões, somados, equivaleram a 53,6 por cento do total de IED que entrou no continente africano (UNCTAD 2018).

Vale destacar que, para além da criação de meios necessários à infraestrutura, compreendidos como fundamentais para a redução nos custos de produção e transação comercial; para o aumento da competitividade das empresas africanas; e para a continuidade do crescente fluxo de IED direcionado ao continente (AfDB, 2023b), o PIDA concentra grande parte de sua atuação em regiões que historicamente recebem menos recursos, destacadamente África Central e Oriental. Conforme destacado no *Priority Action Plan (PAP)*, plano que engloba 51 projetos entendidos como prioritários para o continente, do total de US\$ 68 bilhões de recursos direcionados para o continente até 2020, em torno de 65 por cento foi destinado a tais regiões, em outros termos, US\$ 21,5 bilhões para África Central e US\$ 23,3 bilhões para África Oriental (AfDB, 2023).

Já as outras duas características dizem respeito à ativa participação de países africanos e à atuação de atores externos, ambas focadas no financiamento para a efetivação dos projetos considerados essenciais para a infraestrutura do continente. Além de simbolizar a solidariedade africana, a adesão dos países africanos em torno deste programa pode ser exemplificada em números, como visto em 2012, quando o montante direcionado à iniciativa foi de US\$ 42,2 bilhões, como também pelo interesse em aumentar o comércio interafricano que, a título de comparação, é baixo se comparado com outras regiões, visto que, se no continente africano o volume de comércio gira em torno de 15 por cento, na Europa, na América do Norte e na América Latina, tal índice é de 68 por cento, 37 por cento e 20 por cento, respectivamente (AFREXIMBANK, 2018).

Referente à adesão de parceiros externos, o que se percebe é a diferença com relação à NEPAD, já que, enquanto a Nova Parceria trazia como destaque a participação das potências ocidentais, o PIDA vem sendo marcado pela participação de potências emergentes, destacadamente, a China. Exemplo disso pode ser encontrado na entrada de recursos externos, que em 2013 alcançava a cifra de US\$ 99,6 bilhões. Vale destacar que o maior investidor deste programa é Pequim, que, em 2017, já havia investido US\$ 19,4 bilhões, valor muito acima daqueles advindos de países como Estados Unidos, França, Alemanha, Reino Unido, Japão e Índia, que, somados, chegavam a US\$ 6,94 bilhões (ICA 2013; 2014; 2018).

A despeito de a inserção chinesa ser cada vez mais intensa e complexa no continente, é fato que ao longo das primeiras décadas do século XXI diversas outras potências emergentes também passaram a se interessar pelo fortalecimento de laços com países africanos. No âmbito socioeconômico, vale destacar a presença brasileira via iniciativas como o PROSAVANA (cooperação triangular envolvendo Japão e Moçambique, e voltada ao desenvolvimento da agricultura local no território moçambicano), o Cotton 4 (cooperação realizada entre Brasil, Benim, Burquina Faso, Chade, Mali, Togo, e direcionada a práticas de manuseio e aumento da produtividade no plantio do algodão), e o PROALIMENTOS, cujo objetivo relaciona-se à produção de hortaliças em regiões de Maputo. Além do Brasil, outro exemplo pode ser encontrado na Índia, como na cooperação focada na segurança alimentar em países como Mali e Chade, na eletrificação rural em Gana e no acesso à água potável na Guiné Equatorial (Manpilly, 2013).

Segundo a análise desenvolvida de Oliveira e Otavio (2021), duas consequências dessa inserção para o continente africano se destacam. A primeira relaciona-se a alternativa para se alcançar o desenvolvimento, visto que as potências emergentes valorizam a chamada cooperação Sul-Sul (CSS), cuja divergência com relação à Cooperação Norte-Sul (CNS) encontra-se, no geral, no conceito de cooperação (sem condicionais políticas) e de como o bem-estar pode ser alcançado (benefícios mútuos e horizontalidade entre os envolvidos). Já a segunda diz respeito aos limites da *responsabilidade mútua*, uma vez que houve o descompasso entre o desejo pela maior aproximação com as potências ocidentais, destacadamente os EUA, e o interesse de tais países em atenderem as demandas africanas.

De modo geral, o símbolo de tal descompasso pode ser encontrado durante a administração Bush (2001-2009), quando houve o aumento de recursos direcionados ao continente africano, porém, voltados a iniciativas que se enquadravam na Guerra contra o Terror (GcT) (Otavio, 2021). Ainda que a AGOA fosse mantida, a administração Republicana desenvolveu e priorizou iniciativas como os programas *Foreign Military Sales* (FMS) e *Foreign Military Sales Financing* (FMF), ambos relacionados à venda de armas e equipamentos militares para países aliados de Washington; no *East Africa Counter Terrorism Initiative* (EACTI) e no *United States Antiterrorism Assistance Program*, voltadas à contenção do terrorismo; e destacadamente, o Comando dos Estados Unidos para a África (AFRICOM, na sigla em inglês). A título de informação, ainda que o AFRICOM atue em 172 missões de pacificação no continente, como na Missão de Paz da União Africana para a Somália, sua criação não foi dialogada com os países africanos, mostrando ser uma iniciativa de Washington para a África, inclusive sua sede encontra-se na Alemanha (Banjo, 2010; Cardoso, 2020).

Vale ressaltar que, mesmo diametralmente opostas em diversos aspectos, as administrações Obama e Trump mantiveram o interesse na dimensão da segurança. No caso democrata, sua gestão foi marcada pela valorização do conceito ampliado de segurança, no envio de recursos para países considerados estratégicos para a estabilidade da África, como Egito, Djibuti e a Etiópia, na continuidade de iniciativas direcionadas a combater o terrorismo, e no apoio à intervenção na Líbia com o intuito de encerrar a administração Gaddafi. Já na administração Trump, além da priorização de determinadas regiões e países considerados importantes para a estabilidade do continente, bem como o investimento em determinadas iniciativas, como o EACTI e o AFRICOM, o descompasso com relação aos interesses dos países africanos pode ser refletido no não interesse em pacificar a Líbia, e na defesa de políticas voltadas a restringir a entrada de imigrantes africanos nos EUA, vide o Ato Executivo nº 13.769, e a Proclamação Presidencial 9.645, ambos de 2017 (Otavio, 2021).

Em sentido contrário às potências tradicionais, as emergentes tendem a atuar em áreas que, no geral, atendem alguns dos principais desafios existentes no continente. Diante deste descompasso de interesses, Oliveira e Otavio (2021) destacam o surgimento de outra estratégia voltada ao desenvolvimento, qual seja, a chamada estratégia *híbrida* ou *hibridismo*, que agrega elementos da contestação e da responsabilidade mútua. Neste caso, o principal símbolo do hibridismo refere-se à Agenda 2063, lançada pela

UA em 2015 que também é fruto da articulação entre diversos atores africanos, no caso, a UA, a Agência de Planejamento e Coordenação da NEPAD (NPCA), o AfDB, e a UNECA (AUC, 2015). Junto aos atores, outro ponto que se destaca da Agenda 2063 diz respeito ao interesse pelo financiamento externo, vide apoio das potências emergentes para a viabilização, implementação e financiamento de seus diversos objetivos que, no geral, encontram-se distribuídos em sete aspirações (AUC 2015, p.16). No que concerne à AEFA, é possível indicar duas características importantes da Agenda 2063.

A primeira diz respeito aos objetivos encontrados nas aspirações que se voltam, direta ou indiretamente, ao desenvolvimento dos países africanos, por exemplo, a luta contra o colonialismo; a busca pelo desenvolvimento; o fim da corrupção e impunidade; a livre mobilidade de pessoas, capitais, bens e de serviços; a equidade de gênero em cargos públicos; a valorização da boa governança, da paz e segurança – simbolizado pelo indicativo de silenciamento de todas as armas até 2020 -; a modernização da agricultura via banimento da enxada até 2025; e o crescimento do comércio intra-africano, de 12 por cento, (2013) para 50 por cento (2045) (AU 2015). Já a segunda característica refere-se à integração continental, parte fundamental do Pan-Africanismo e Renascimento Africano que passou a ser compreendida como um dos principais instrumentos para a independência política e econômica da África. Reflexo disso pode ser encontrado no fomento a autossuficiência e o autofinanciamento de projetos e iniciativas defendidas pela Agenda 2063.

O hibridismo, no geral, e o caráter contestatório, em particular, também fazem parte de outras iniciativas símbolos da AEFA, no caso, o *Marrakech Declaration on Sustainable Development in Africa* de 2019 e, destacadamente, a AfCFTA. Enquanto a declaração realizada em Marrakech expõe a necessidade de os países africanos priorizarem a Cooperação Sul-Sul (UNECA, 2019); a AfCFTA volta-se ao comércio intra-africano (Fabricius, 2020). Grosso modo, o desejo em fortalecer os laços econômicos existentes no continente africano caminha lado a lado a outro objetivo desta Área de Livre Comércio, qual seja, a diminuição da dependência externa.

Em certa medida, a maior valorização da cooperação Sul-Sul defendida por Marrakech, bem como o desejo pela maior independência econômica do continente, vide AfCFTA, direta ou indiretamente, podem ser impactadas pela disputa entre EUA e China. Conforme é sabido, em discurso realizado no Departamento de Estado, em 4 de fevereiro de 2021, a administração estadunidense de Joe Biden indicava que a contraposição à China seria, no âmbito sistêmico, um dos principais objetivos de Washington. Diante deste objetivo, é possível indicar que a estratégia para conter o avanço chinês no continente africano encontra no assistencialismo e pragmatismo dois dos principais meios utilizados pela administração democrata (White House, 2021a). No assistencialismo, um exemplo diz respeito à doação de 17 milhões de doses da vacina da *Johnson & Johnson* para combater a Covid-19 (White House, 2021b). Tal iniciativa, direta ou indiretamente, volta-se a romper com a percepção negativa sobre os EUA que foi deixada pelo unilateralismo da administração anterior, que dificultou a exportação de vacinas e equipamentos de proteção pessoal (PPE), evento que, conseqüentemente, levou a críticas por parte de lideranças africanas.

Vale lembrar que, durante a gestão Trump (2016-2020), um exemplo da atuação de Washington neste *vaccine nationalism* pode ser encontrado no documento 2020/0018 criado pela *Federal Emergency Management Agency* (FEMA), órgão pertencente ao *Department of Homeland Security*, que impôs limites à exportação de PPE (FEMA, 2020). Paralelamente aos EUA, a União Europeia (UE) também adotou políticas de caráter restritivo as exportações de PPE, vide o Regulamento de Execução 2020/402, de 14 de março de 2020, cujo Artigo 1º limitava a exportação, para fora da UE, de produtos como óculos e viseiras de proteção, escudos faciais, equipamentos de proteção da boca e do nariz, vestuário de proteção e luvas, sendo esta permitida apenas com autorização do Bloco (Comissão Europeia, 2020).

Referente às críticas de lideranças africanas, fator que também demonstrava os limites da responsabilidade mútua e impulsionava o hibridismo como estratégia para o continente africano, além do Diretor Geral da Organização Mundial da Saúde, Tedros Adhanom, que denunciava a existência de um *apartheid* mundial no acesso às vacinas contra a Covid-19 (Reuters, 2021), destacam-se outras lideranças africanas. Exemplos disso podem ser encontrados nas falas de Paul Kagame (Ruanda), que apresentava questões como “*But when will Africa get the protection it needs? If all lives are equal, why isn’t access to vaccines?*” (Kagame, 2021), e de Cyril Ramaphosa (África do Sul) que afirmava que “*It is an indictment on humanity that more than 82 per cent of the world’s vaccine doses have been acquired by wealthy countries, while less than one per cent has gone to low-income countries*” (Ramaphosa, 2021).

Diante deste cenário de unilateralismo por parte das potências tradicionais e acentuada crítica do lado de lideranças africanas, Pequim voltava-se à cooperação sul-sul como forma de garantir soluções à epidemia da Covid-19 no continente africano. Inclusive, desde o início da pandemia, como visto no discurso *Fighting COVID-19 Through Solidarity and Cooperation Building a Global Community of Health for All*, realizado em 2020, o presidente chinês, Xi Jinping, reafirmava a importância do multilateralismo, da cooperação internacional, do protagonismo da OMS, bem como o apoio médico e hospitalar aos países africanos. Além dessa ode ao multilateralismo, em contraste ao *vaccine nationalism*, o governo chinês se comprometeu em fornecer mais de um bilhão de doses para África (600 milhões doadas e 400 milhões desenvolvidas vide apoio chinês a empresas africanas); desenvolver dez projetos médicos; e enviar 1.500 profissionais de saúde (People’s Republic of China, 2021).

No que diz respeito à dimensão do pragmatismo projetada pela administração Biden, seus exemplos podem ser vistos nas metas apresentadas no *The U.S.-Africa Leaders Summit* de 2022. Na governança global, o apoio à entrada da União Africana como membro fixo do G-20; a defesa de reforma do Conselho de Segurança que garanta um assento permanente para algum representante africano; e a promessa de repassar US\$ 55 bilhões para a efetivação da Agenda 2063, são alguns dos pontos que simbolizam o interesse norte-americano pelo continente. No comércio, destacam-se a criação do acordo de livre comércio com o Quênia e o repasse de US\$ 1,3 bilhões voltados à infraestrutura do continente (Usman, Ovadia & Abayo, 2022). Vale destacar que o repasse de tal recurso traz como objetivo construir meios que dinamizem o comércio entre EUA e países africanos, dimensão que se mostra cada vez mais



desafiadora para os interesses norte-americanos, visto que a China se mantém desde a década passada como principal parceiro comercial do continente africano (Otavio, 2021).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo buscou-se conceituar Arquitetura Econômica e Financeira da África (AEFA), bem como discorrer sobre sua gênese e expansão. Conforme apresentado anteriormente, a Arquitetura Econômica e Financeira da África foi compreendida como um processo amplo e complexo de articulações e arranjos de caráter multilateral entre países e organizações africanas voltadas à resolução de desafios econômicos existentes na África. No que diz respeito ao seu processo constitutivo, a AEFA é resultado do Pan-Africanismo, tendo a solidariedade africana direcionada à resolução de desafios existentes no continente e a estratégia da contestação para a inserção internacional e desenvolvimento econômico, como duas características que ao longo da Guerra Fria mantiveram protagonistas.

Se no âmbito político a contestação e solidariedade mostraram-se estratégicas para garantir a continuidade nos processos de independência, na AEFA ambas estiveram presentes ou na criação ou no modo de atuar de organizações fruto de anseios e articulações de países africanos. Na década de 1950 houve a criação da UNECA que, mesmo sendo desenvolvida para a África, trazia em sua existência a defesa da industrialização e a diversificação na produção de alimentos como formas de garantir a independência autêntica dos países africanos, como também era o símbolo de oposição às potências europeias, contrárias à sua criação. Já nas décadas de 1960 e 1970, além de iniciativas como AfDB e AFD, ambas importantes para, respectivamente, a cooperação econômica dos países africanos e o financiamento de iniciativas nos países mais pobres, vale destacar o protagonismo da OUA, cuja atuação foi simbolizada pelo Plano de Ação de Lagos (LPA).

Inicialmente, o LPA mostrou o avanço da AEFA no desejo pela descolonização econômica completa do continente, cuja priorização de áreas como agricultura, indústria e infraestrutura eram vistas como fundamentais para a consolidação de uma economia autossustentável e de uma África mais autônoma. Posteriormente, o mesmo Plano demonstrou a dificuldade em alcançar tais finalidades, uma vez que o foco na intervenção do Estado na economia passou a ser contrário ao que se tornava vigente no cenário internacional: o neoliberalismo. Refletido no Relatório Berg, a defesa de pontos como privatização de estatais, a valorização do livre-mercado e do livre-comércio caminharam lado a lado à crítica ao processo de integração econômica existente no continente, na época simbolizado pela ECOWAS, SADCC, PTA, ECCAS e CEA.

Para além das consequências causadas pelo neoliberalismo, como elevação da pobreza, surtos de fome e baixo crescimento econômico, a década de 1990 foi marcada por eventos díspares. Por um lado, houve o desenvolvimento do Tratado de Abuja

(1991), a criação do Afreximbank (1993) e a transformação da SADDCC em SADC, logo, iniciativas que poderiam simbolizar a continuidade da AEFA. Por outro lado, a continuidade do Afro-pessimismo, somada a eventos como a continuidade de regimes autoritários, guerra em países como Libéria (1989-1997), Serra Leoa (1991-2002), no genocídio de Ruanda (1994), e a preferência das potências desenvolvidas em investirem em países latino-americanos, da Europa do Leste e asiáticos, foram fatores que levaram a AEFA à paralisia. Tal mudança ocorreria mais ao final dos anos 1990, quando o interesse de potências tradicionais e emergentes pela inserção no continente africano somou-se ao ciclo de transformações econômicas, políticas e securitárias vistas em grande parte dos países africanos.

Comumente conhecido como Renascimento Africano, tal cenário foi acompanhado por características como o regresso ao passado africano anterior à colonização europeia; a apresentação ao mundo de uma nova África; pela integração regional como símbolo de solidariedade africana direcionada à resolução de desafios existentes no continente; e a substituição da contestação pela estratégia da responsabilidade mútua. Em maior ou menor intensidade, cada um destes pontos passou a influenciar a AEFA, principalmente no que concerne às iniciativas símbolos da maior articulação de países e organizações em prol de soluções aos desafios continentais. Já no início do século atual, uma primeira iniciativa foi a criação da NEPAD, que em sua essência se propõe a parceria como melhor forma de garantir meios para o desenvolvimento africano. Cronologicamente próximo a NEPAD, houve a transição da OUA para União Africana, organização que, desde então, vem se mostrando protagonista na AEFA, vide criação da PIDA, Agenda 2063, *Marrakech Declaration* e AfCFTA.

Ainda que as iniciativas anteriores reflitam a articulação em prol de soluções aos desafios africanos, é fato que a partir do PIDA o dinamismo símbolo da AEFA foi marcado pela transição da responsabilidade mútua pela estratégia híbrida. Primeiramente, porque o descompasso de interesses entre as potências tradicionais e os países africanos mostrou-se perceptível com o investimento concentrado na área de segurança, com a busca pela mudança de regime na Líbia e, mais recentemente, pela restrição à exportação de produtos e vacinas direcionadas a pandemia da Covi-19. Em segundo, e paralela e contrariamente à anterior, destaca-se a presença de potências emergentes, principalmente a China, país protagonista no fornecimento de recursos para infraestrutura, principal parceiro comercial do continente africano e, ao longo da pandemia, favorável à cooperação em prol dos países africanos.

Discorrendo sobre o hibridismo, Oliveira e Otavio (2021) destacam que sua adoção simboliza a habilidade do continente africano em lidar com as transformações ocorridas no cenário internacional. Em certa medida, a maleabilidade vista nesta estratégia sempre se mostrou fundamental para responder a séculos de violência, de intervenções e dominação perpetrada por potências ocidentais. No que concerne a Arquitetura Econômica e Financeira da África, a adoção da estratégia híbrida volta-se a responder a um cenário internacional que, embora se mostre favorável aos países africanos neste início de século, motivada pela maior presença de potências tradicionais e emergentes no continente, em muitas das vezes, mostrou-se hostil aos interesses africanos e colocou o continente em sua condição marginal. Logo, garantir

a independência autêntica, o desenvolvimento autossustentável e a autonomia, finalidades claras da AEFA, equivale a alcançar certa imunidade aos desafios econômicos que se encontram presentes no sistema internacional.

Por fim, cumpre destacar que conquanto o conceito proposto seja de grande relevância nos esforços de compreensão das articulações e arranjos de caráter multilateral entre países e organizações africanas voltadas à resolução de desafios econômicos existentes na África, ele também enfrenta limitações importantes. Isso se deve tanto ao dinamismo do próprio continente africano e de seus países quanto às constantes transformações experimentadas nas relações internacionais, como um todo. Nesse sentido, os processos de mudança sistêmica seguramente terão implicações significativas para a AEFA, exigindo maleabilidade e adaptabilidade por parte dos atores africanos. Conquanto até o presente essas características tenham se mostrado muito presentes na inserção internacional da África, não há garantias de que isso se manterá. Nesse contexto, a depender das eventuais mudanças – as quais certamente não são previsíveis -, pode tanto ocorrer de a AEFA se consolidar e robustecer ainda mais, quanto de, eventualmente ela deixar de existir. Caberá ao futuro – e aos próprios africanos – definir os rumos que serão tomados.

## REFERÊNCIAS

Adedeji, A. (1984). *The Monrovia Strategy and the Lagos Plan of Action for African Development – Five Years After*. UNECA.

Afreximbank. (2018). *African Trade Report 2018 – Boosting Intra-African Trade: Implications of the African Continental Free Trade Area Agreement*. Afreximbank. <https://www.tralac.org/documents/news/2042-african-trade-report-2018-afreximbank/file.html>

Afreximbank. (2023). *About Us*. African Export-Import Bank. <https://www.afreximbank.com/our-bank/about-us/>

African Continental Free Trade Area (AfCFTA). (2022, June 17). *Purpose of the AfCFTA*. AfCFTA. <https://au-afcfta.org/purpose-the-afcfta>

African Development Bank Group (AfDB). (2019, April 3). *AfDB Group: the first 50 years*. African Development Bank Group. <https://www.afdb.org/en/about-corporate-information-history/afdb-group-first-50-years>

African Development Bank Group (AfDB). (2023). *The Programme for Infrastructure Development in Africa: Transforming Africa through Modern Infrastructure*. African Development Bank Group (AfDB). <https://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Generic-Documents/PIDA%20brief%20financing.pdf>

African Union. (2012). *Décima Oitava Sessão Ordinária da União Africana: decisões, resolução e declarações*. African Union. [https://au.int/sites/default/files/decisions/9649-assembly\\_au\\_dec\\_391\\_-\\_415\\_xviii\\_p.pdf](https://au.int/sites/default/files/decisions/9649-assembly_au_dec_391_-_415_xviii_p.pdf)

African Union (AU). (2018). *Décima Sessão Extraordinária da União Africana: decisão relativa ao projecto de acordo que cria a Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA)*. African Union. [https://au.int/sites/default/files/decisions/34055-ext\\_assembly\\_dec\\_1x\\_p26\\_march.pdf](https://au.int/sites/default/files/decisions/34055-ext_assembly_dec_1x_p26_march.pdf)

African Union Commission (AUC). (2015). *A shared strategic framework for inclusive growth and sustainable Development & a global strategy to optimize the use of Africa's Resources for the benefit of all Africans: Background Note*. African Union Commission. [https://au.int/sites/default/files/documents/33126-doc-01\\_background\\_note.pdf](https://au.int/sites/default/files/documents/33126-doc-01_background_note.pdf)

Asante, S. K. B., & Chanaiwa, D. (2010). O Pan-africanismo e a Integração Regional. In A. A. Mazrui & C. Wondji (Eds.), *História Geral da África – VIII: África desde 1935*. UNESCO.

Banjo, A. (2010). U.S. development diplomacy in Africa: From Bill Clinton to George W. Bush. *African Journal of Political Science and International Relations*, 4(4), 140–149. [https://academicjournals.org/article/article1381828474\\_Banjo.pdf](https://academicjournals.org/article/article1381828474_Banjo.pdf)

Banks, E. (2022). *Economic Decolonization and International Economic Thinking at the UN Regional Commission for Africa (UNECA): A Research Agenda*. European University Institute, Working Paper 2022/03.

Bujra, A. (2002). *Africa: from the OUA to the African Union*. Cooperation South.

Cardoso, N. C. F. (2020). *Segurança Regional no Chifre da África: Conflitos, Atores, Agendas e Ameaças*. Cebráfrica/CEGOV.

Comissão Europeia. (2020). *Regulamento de Execução 2020/402 da Comissão – 14 de março de 2020*. Bruxelas: Parlamento Europeu.

de Waal, A. (2002). What's New in the "New Partnership for Africa's Development"? *International Affairs (Royal Institute of International Affairs 1944)*, 78(3), 463–475. <http://www.jstor.org/stable/3095885>

Dunton, C. (2003). Pixley kalsaka Seme and the African Renaissance debate. *African Affairs*, 102(409), 555–573. <https://doi.org/10.1093/afraf/adg047>

Fabricius, P. (2020, March 13). From The Cape To Cairo – It's Ramaphosa's Turn. *Finweek*. <https://pt.everand.com/article/452099307/From-The-Cape-To-Cairo-It-s-Ramaphosa-s-Turn>

Fanon, F. (1968). *Os condenados da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Federal Emergency Management Agency. (2020). *Docket ID FEMA – 2020 – 0018: Prioritization and Allocation of Certain Scarce or Threatened Health and Medical Resources for Domestic Use*. Department of Homeland Security: Federal Register.

Frieden, J. A. (2008). *Capitalismo global história econômica e política do século XX*. Rio de Janeiro: Zahar.

Funke, N., & Nsouli, S. M. (2003). *The New Partnership for Africa's Development (NEPAD) Opportunities and Challenges*. International Monetary Fund.

Hairsine, K. (2022, December 6). África: Acordo de Livre Comércio avança a passos lentos. *DW*. <https://www.dw.com/pt-002/%C3%A1frica-acordo-de-livre-com%C3%A9rcio-afcfta-avan%C3%A7a-a-passos-lentos/a-64000389#:~:text=Um%20grupo%20de%20empresas%20africanas,alavancar%20o%20com%C3%A9rcio%20intra%2Dafricano.>

Hernandez, L. M. G. (2008). *A África na sala de aula : visita à história contemporânea*. São Paulo: Selo Negro.

Hobsbawm, E. J. (1994). *Era dos extremos o breve século XX, 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras.

Kagame, P. (2021, February 7). *Until Africans get the Covid vaccinations they need, the whole world will suffer*. *The Guardian*. <https://www.theguardian.com/commentisfree/2021/feb/07/africans-covid-vaccinations-pandemic-paul-kagame>

Kodjo, E., & Chanaiwa, D. (2010). Pan-africanismo e libertação'. In A. A. Mazrui & C. Wondji (Eds.), *História Geral da África – VIII: África desde 1935*. Brasília: UNESCO.

Landsberg, C. (2005). Toward a Developmental Foreign Policy?: Challenges for South Africa's Diplomacy in the Second Decade of Liberation. *Social Research: An International Quarterly*, 72(3), 723–756.

Manpilly, Z. (2013). India's sojourn to Africa. In *Handbook of Africa's international relations*. London: Routledge.

Martin, G. (2002). *Africa in world politics : a Pan-African perspective*. Trenton: Africa World Press.

Martin, T. (1986). *Race First: The Ideological and Organizational Struggles of Marcus Garvey*. The Majority Press.

Marumo, P. O., & Chakale, M. (2018). Mbeki on African Renaissance : a vehicle for Africa development. *African Renaissance*, 15(4), 179–191.

Mbeki, T. (1996). *I am an African*. [http://afrikatanulmanyok.hu/userfiles/File/beszedeK/Thabo%20Mbeki\\_lam%20an%20African.pdf](http://afrikatanulmanyok.hu/userfiles/File/beszedeK/Thabo%20Mbeki_lam%20an%20African.pdf)

Mbeki, T. (1998). The African Renaissance, South Africa and the World. In *archive.unu.edu*. United Nations University. <https://archive.unu.edu/unupress/mbeki.html>

Mbokolo, E. (2011). *África Negra: história e civilizações. Tomo II (Do século XIX aos nossos dias)*. Salvador: EDUFBA.

Mendonça, M. G. de. (2019). A descolonização da África: nacionalismo e socialismo. *Sankofa*, 12(22), 117–140.

Moges, A. G. (2015). The Economics of Pan Africanism: A Political Economy Perspective. *Area Studies Tsukuba*, 36, 55–71.

Oliveira, G. Z. de , & Otavio, A. (2021a). A nova parceria para o desenvolvimento africano e sua contribuição paradoxal ao renascimento africano (2001-2021). *Oikos*, 22(3).

Oliveira, G. Z. de, & Otavio, A. (2021b). Africa's Strategies of Development and International Insertion: The Hybridity of Agenda 2063. *Contexto Internacional*, 43(2), 331–353.

Otavio, A. (2019). Do Pan-Africanismo ao Renascimento Africano: Economia, Política e Segurança em um continente em transformação. In M. B. Fonseca & G. G. Mannarino (Eds.), *Áfricas: representações e relações de poder*. Rio de Janeiro: Edições Áfricas/Ancestre.

Otavio, A. (2021). De George W. Bush a Donald J. Trump: a África na política externa dos Estados Unidos, 2001-2020. *Conjuntura Austral*, 12(58), 92–106.

People's Republic of China. (2021). *Wang Yi: China-aided Vaccines to Africa Will Cross Mountains and Rivers and Outpace the Virus\_Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China*. Ministry of Foreign Affairs. [https://www.mfa.gov.cn/eng/zy/jj/2020zt/kjgzbdffyq/202112/t20211201\\_10460739.html](https://www.mfa.gov.cn/eng/zy/jj/2020zt/kjgzbdffyq/202112/t20211201_10460739.html)

Ramaphosa, C. (2021, September 23). *Statement by President Cyril Ramaphosa on the occasion of the 76th Session of the UN General Assembly*. DIRCO. <https://dirco.gov.za/9778-2/>

Reuters. (2021, May 17). World has entered stage of “vaccine apartheid” - WHO head. *Reuters*. <https://www.reuters.com/business/healthcare-pharmaceuticals/world-has-entered-stage-vaccine-apartheid-who-head-2021-05-17/>

Schmidt, E. (2018). *Foreign Intervention in Africa After the Cold War: sovereignty, responsibility and the War on Terror*. Athens: Ohio University.

Tavares , R., & Tang, V. (2016). Regional Economic Integration in Africa: Impediments to Progress? In E. Fanta, T. M. Shaw, & V. Tang (Eds.), *Comparative Regionalisms for Development in the 21st Century: Insights from the Global South*. New York: Routledge.

The Infrastructure Consortium for Africa (ICA). (2013). *Infrastructure Financing Trends in Africa. ICA Annual Report 2013*. Tunis Belvedere: The Infrastructure Consortium for Africa (ICA). [https://www.icafrica.org/fileadmin/documents/Annual\\_Reports/ICA-Infra-Fin-Trends-Africa-2013-Final-WEB.pdf](https://www.icafrica.org/fileadmin/documents/Annual_Reports/ICA-Infra-Fin-Trends-Africa-2013-Final-WEB.pdf)

The Infrastructure Consortium for Africa (ICA). (2014). *Infrastructure Financing Trends in Africa - 2014*. Tunis Belvedere: The Infrastructure Consortium For Africa (ICA). [https://www.icafrica.org/fileadmin/documents/Annual\\_Reports/INFRASTRUCTURE\\_FINANCING\\_TRENDS\\_IN\\_AFRICA\\_](https://www.icafrica.org/fileadmin/documents/Annual_Reports/INFRASTRUCTURE_FINANCING_TRENDS_IN_AFRICA_)

The Infrastructure Consortium for Africa (ICA). (2018). *Infrastructure Financing Trends in Africa - 2018*. Tunis Belverdere: The Infrastructure Consortium for Africa (ICA). [https://www.icafrica.org/fileadmin/documents/IFT\\_2018/ICA\\_Infrastructure\\_Financing\\_Trends\\_in\\_Africa\\_-\\_2018\\_Final\\_En.pdf](https://www.icafrica.org/fileadmin/documents/IFT_2018/ICA_Infrastructure_Financing_Trends_in_Africa_-_2018_Final_En.pdf)

The New Partnership For Africa's Development (NEPAD) . (2001). *The New Partnership for Africa's Development*. Abuja: NEPAD. [http://www.nepad.org/system/files/framework\\_0.pdf](http://www.nepad.org/system/files/framework_0.pdf)

United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD). (2018). *UNCTADstat*. UNCTAD. <http://unctadstat.unctad.org/>

United Nations Economic Commission For Africa (UNECA). (2024). *Marrakech Declaration on Sustainable Development in Africa*. Marrakech: UNECA. <https://repository.uneca.org/ds2/stream/?#/documents/af298ea6-7e00-5d68-969b-1e934bb7845a/page/1>

Usman, Z., Ovadia, J., & Abayo, A. (2022). *The U.S.-Africa Leaders Summit Marks a Seismic Shift in Relations with the Continent*. Carnegie Endowment for International Peace. <https://carnegieendowment.org/posts/2022/12/the-us-africa-leaders-summit-marks-a-seismic-shift-in-relations-with-the-continent?lang=en>

Vigevani, T. (1994). *Terceiro mundo: conceito e história*. São Paulo: Ática.